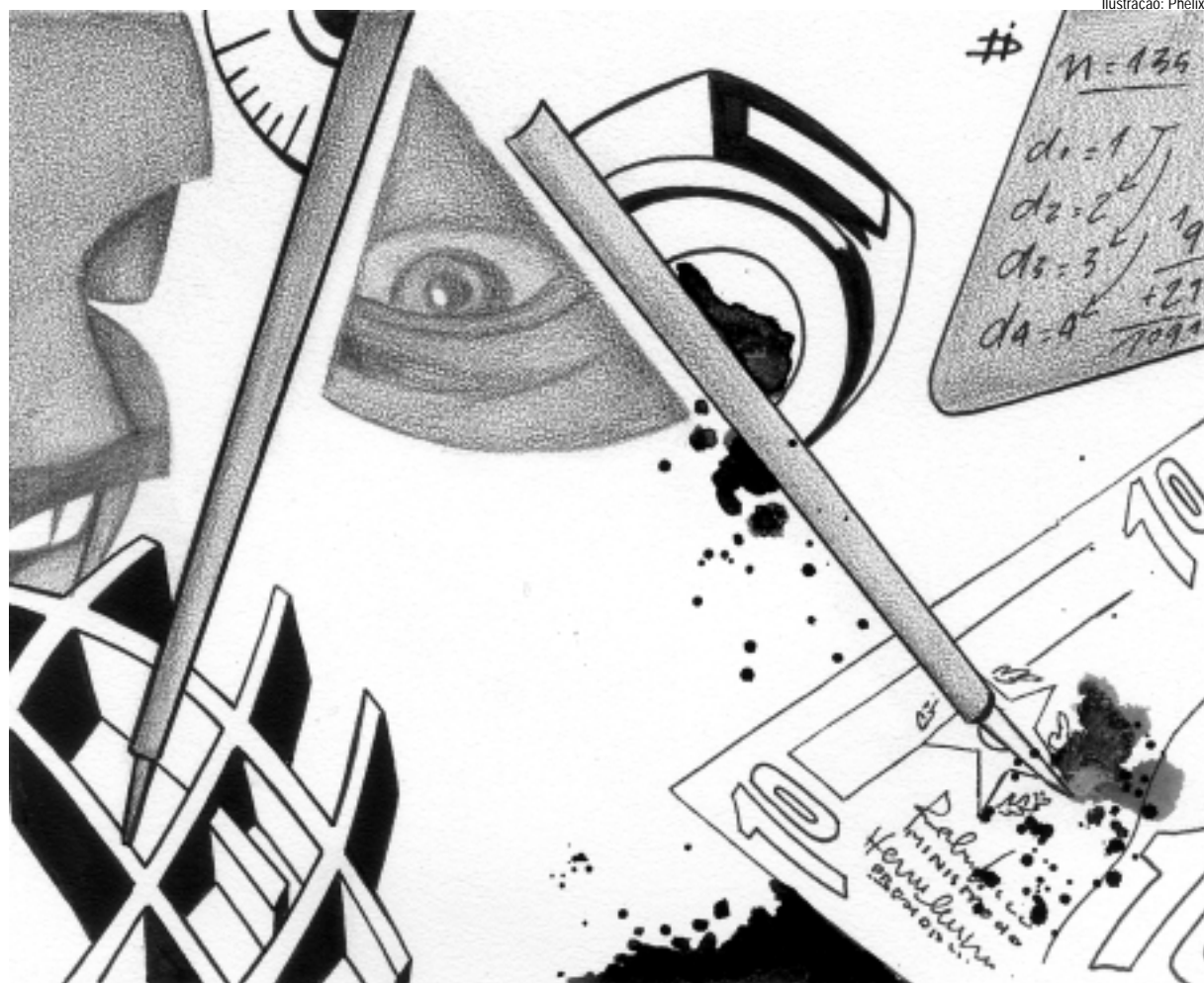




Artigo

Descompasso entre as políticas explícita e implícita de C&T

Ilustração: Phélix



ANDRÉ TOSI FURTADO

A introdução da ciência e da tecnologia na agenda da ação pública dos países desenvolvidos data do pós segunda guerra mundial. Foi essa guerra, com a formidável mobilização de recursos por parte da superpotência americana no Projeto Manhattan para desenvolver a bomba atômica, que fez com que se alterasse estruturalmente a relação entre Estado e C&T. O rápido sucesso do empreendimento revelou que uma maciça mobilização de recursos podia resultar em grandes rupturas tecnológicas. Essa percepção foi, inicialmente, essencialmente militarista e estratégica. Posteriormente, começaram a emanar novas demandas da sociedade civil nas áreas de saúde, energia e meio ambiente, entre as mais expressivas. Mas, sobretudo, o apoio público à C&T tornou-se um instrumento de promoção da competitividade de economias nacionais cada vez mais abertas e submetidas à concorrência externa.

O Brasil é um país de industrialização tardia que logrou aumentar bastante o gasto de P&D, principalmente durante os anos 70, quando o projeto militarista de país grande potência implicou em um grande salto no montante de recursos alocados pelo Estado. O apoio à pós-graduação e à criação de numerosos institutos públicos e de laboratórios de pesquisa em empresas estatais levou o sistema de ciência e tecnologia brasileiro, ainda retardatário e embrionário, a dar um salto qualitativo. Mas a crise da década subsequente representou uma descontinuidade ao processo de consolidação desse sistema. Os gastos em P&D foram perdendo importância dentro das prioridades públicas. Nem todos os componentes desse gasto sofreram com a mesma intensidade. O braço estratégico-militar apoiado durante o regime militar foi paulatinamente perdendo espaço no gasto público em P&D no Brasil. Enquanto que os gastos em programas civis tiveram um pouco mais de continuidade.

A política científica e tecnológica perdendo espaço no âmbito político nacional à medida que ocorre o processo de redemocratização do país. Além da crise e do estrangulamento do gasto público, a relação de forças não beneficiou esse segmento que não mobiliza amplos interesses da sociedade ou da economia. A proporção do gasto federal em P&D dentro do PIB caiu praticamente pela metade num período de 20 anos. Essa queda

ocorreu também com relação à receita corrente e à despesa global da União, revelando que houve ao longo das duas últimas décadas uma perda de prioridade da C&T no gasto público federal (tabela 1).

Durante a segunda metade da década de 90, com a volta do crescimento econômico, ocorreu uma certa recomposição do gasto público federal em P&D, sobretudo em relação as receitas correntes do Estado, a qual foi insuficiente para recuperar a posição anterior. O que é pior, a crise que se abateu sobre a economia brasileira, no final da década passada, conduziu a um novo ciclo de enxugamento do gasto federal em P&D.

Em 1998, ocorreram, em função da crise enfrentada pelo plano Real, cortes substanciais no orçamento federal que repercutiram muito negativamente no gasto público em P&D. Os recursos federais reduziram-se de 15% em termos reais em relação a 1996 (Tabela 2). Presenciando os cortes que estavam sendo feitos em importantes programas federais como o PADCT III ou o Pronex, alguns setores do Governo FHC decidiram tirar proveito da mudança institucional que estava em curso no país, em função de que-

bras de monopólios e da eventuais privatizações em setores dominados pelo Estado, para introduzir mecanismos fiscais que obrigassem o setor empresarial a financiar diretamente o gasto em P&D, compensando, assim, os cortes empreendidos nos recursos de origem orçamentária. Nesse contexto, surgem, a partir de 1999, os

	1996	1998	2000	2001	2002
Min. Da Agricultura	881.539	769.881	674.658	663.554	599.975
Min. Da C&T	1.551.889	1.253.563	1.262.738	1.479.478	1.162.715
Min. Da Defesa	92.340	50.354	44.091	44.484	31.246
Min. Da Educação	715.715	597.494	526.283	472.664	460.910
Min. Da Saúde	334.573	428.092	537.976	682.486	644.651
Outros	23.767	33.315	46.086	19.165	23.095
Total União	3.559.823	3.132.699	3.091.832	3.361.831	2.922.592

Fonte: MCT

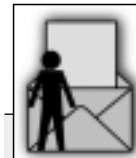
Fundos Setoriais que permitiram que houvesse uma certa reposição dos gastos federais, ainda assim incompleta (tabela 2).

Essa vitória foi apenas temporária. No ano de 2001, o gasto federal em P&D consegue se recompor, aproximando-se do valor alcançado em 1996. Mas, o aprofundamento da crise brasileira, no início da atual década, levou o governo federal a cortar, em 2002, a nova fonte de recursos proveniente dos fundos setoriais, embora eles fossem protegidos por lei. Diversas medidas foram adotadas pelo Ministério da Fazenda para restringir a execução desses recursos, que se manteve numa faixa de 40% dos recursos obtidos. O destino dos recursos foi se modificando paulatinamente dos fundos setoriais, propriamente dito (petróleo, energia elétrica, telecomunicações), para fundos de características mais horizontais (Verde Amarelo e CTInfra). Isto porque os recursos, inicialmente concebidos para servirem de instrumentos de política tecnológica setorial, se voltaram para atender às necessidades do sistema público de pesquisa, desguarnecido pelos crescentes cortes de verbas.

Esses dados são apenas um retrato parcial da realidade do financiamento público à P&D no Brasil, já que os recursos orçamentários aqui apresentados representam apenas parte do gasto nacional em P&D

(26,2% em 2000), mas eles têm grande influência nos demais gastos e no direcionamento do sistema nacional de C&T. Eles revelam a perda de prioridade que a agenda de C&T adquiriu no ambiente público apesar da retórica existente em sentido contrário. Assistimos, no caso brasileiro, a mais uma ilustração da tese do saudoso professor Amílcar Herrera sobre o descompasso entre as políticas de C&T explícita e implícita existente nos países latino-americanos. A política explícita está presente nos documentos e discursos oficiais e a política implícita se revela nas opções concretas adotadas pelas decisões de política econômica, comercial e industrial e, sobretudo, nas opções de projeto nacional realizadas pelas classes dominantes. Assim, os técnicos “neochumperianos” das esferas federais de Ciência e Tecnologia foram muito atuantes no sentido de gerar inovações institucionais que ampliaram e diversificaram as fontes de financiamento e as modalidades de ação pública. Entretanto, até o momento eles têm demonstrado uma certa incapacidade política em fazer prevalecer o seu projeto dentro das prioridades do gasto público federal. De fato, enfrentaram uma simétrica criatividade dos técnicos da Fazenda em desfazer suas iniciativas.

André Tosi Furtado é economista e professor do Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) do Instituto de Geociências da Unicamp



Cartas

Classe média - 1

Muito boa essa matéria sobre o reajustamento salarial da classe média. Gostaria que fossem publicadas mais matérias sobre a classe média e a questão salarial.

Tânia M. Granzotto, doutoranda na Faculdade de Educação da Unicamp

Classe média - 2

Muito boa a reportagem sobre a queda do poder aquisitivo da classe média. Contribuiu muito para aumentar meu conhecimento sobre o tema.

Obrigado, Alexandre Pacheco



Bambu e esgoto - 1

Excelente iniciativa que, na minha opinião, tem grandes chances de ser aplicada pelo baixo custo. Gostaria apenas de salientar que o bambu normalmente é encontrado em locais próximos a rios e matas nativas, daí a necessidade de ser colhido de forma racional para que não cause danos ao meio ambiente.

Mário Luís Broday

Bambu e esgoto - 2

Sou arquiteta e urbanista e dou aulas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Planalto Central - Fauplac em Brasília. Achei interessantíssimo o projeto desenvolvido pelos pesquisadores do Departamento de Saneamento e Ambiente (DSA) da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo (FEC) da Unicamp, coordenados pelos professores Bruno Coraucci Filho e Roberto Feijó de Figueiredo.

Um abraço, Lenora de Castro Barbo

Bambu e esgoto - 3

O país precisa de soluções como esta - simples e de baixo custo - voltadas para a melhoria da qualidade de vida da grande maioria da população brasileira. Trabalhos como estes precisam ser divulgados por todo o país.

Parabéns, Romeu Moisés Milani

Alfabetização

Fiquei emocionado ao ler esta notícia sobre o trabalho da Alfamol. É gratificante constatar que pessoas simples contribuem concretamente para melhorar a estrutura social e para construir algo sólido. Seria bom que nossas autoridades realmente tomassem isto como exemplo.

Reinaldo Feitoza

	Despesa em P&D/PIB	Despesa em P&D/Receita Corrente(*)	Despesa em P&D/Despesa Global
1982	0,42	4,30	4,25
1994	0,28	0,91	0,56
1996	0,26	2,63	0,71
1998	0,22	1,85	0,65
2000	0,23	2,23	0,80
2002	0,22	2,02	0,69

(*): Não inclui receita de contribuições para o seguro social
Fonte: MCT e Ministério da Fazenda

UNICAMP Universidade Estadual de Campinas

Reitor Carlos Henrique de Brito Cruz.
Vice-reitor José Tadeu Jorge.
Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva.
Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários Rubens Maciel Filho.
Pró-reitor de Pesquisa Fernando Ferreira Costa.
Pró-reitor de Pós-Graduação Daniel Hogan. Pró-reitor de Graduação José Luiz Boldrini.

JORNAL DA UNICAMP Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
Periodicidade semanal. Correspondência e sugestões Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP. Telefones (0xx19) 3788-5108, 3788-5109, 3788-5111. Fax (0xx19) 3788-5133. Homepage http://www.unicamp.br/imprensa. E-mail imprensa@unicamp.br. Coordenador de imprensa Eustáquio Gomes. Assessor Chefe Clayton Levy. Editor Álvaro Kassab. Redatores Antonio Roberto Fava, Isabel Gardenal, Luiz Sugimoto, Manuel Alves Filho, Maria Alice da Cruz, Nadir Peinado, Raquel do Carmo Santos, Roberto Costa e Ronei Thezolin. Fotografia Antoninho Perri, Neldo Cantanti. Edição de Arte Oséas de Magalhães. Diagramação André Luis Amarantes Pedro, Luis Paulo Silva. Ilustração Phélix. Arquivo Antonio Scarpinati. Serviços Técnicos Dulcineia B. de Souza Edison Lara de Almeida e Hélio Costa Júnior. Impressão Prisma Printer Gráfica e Editora Ltda (19) Fone/Fax: 3229-7171. Publicidade JCPR Publicidade e Propaganda: (0xx19) 3295-7569. Assine o jornal on line: www.unicamp.br/assinajju